

Setor será incluído na política industrial e tecnológica

Livia Ferrari
do Rio

O setor da Saúde será uma das prioridades da política industrial e tecnológica, que está em fase de elaboração pelo governo. O objetivo governamental é reduzir a elevada dependência do País por medicamentos, insumos, equipamentos e materiais médicos importados, que geram déficit na balança comercial brasileira de US\$ 4 bilhões ao ano. Somente no segmento de fármacos, o saldo negativo atinge US\$ 1,24 bilhão por ano, ressaltou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, durante a abertura, ontem, do II Seminário sobre o complexo Industrial da Saúde, na sede do BNDES.

Segundo o presidente do BNDES, Carlos Lessa, o banco estatal

de fomento vai apoiar investimentos no complexo da Saúde, capazes de reduzir o grau de dependência externa por medicamentos e equipamentos e a vulnerabilidade nas contas externas do País.

O governo acredita que o setor da Saúde é estratégico para a soberania nacional, já que o elevado grau de dependência por importações deixa o País fragilizado diante de possíveis cortes no fornecimento internacional. "Guerras não são feitas apenas com bombas, mas também com bloqueios econômicos", alertou o ministro da Saúde, Humberto Costa, defendendo a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento da produção brasileira de insumos e de equipamentos médicos. "Temos que gerar conhecimento e produzir onde é possível a concorrên-

cia", disse Costa, referindo-se à atuação no País de grandes monopólios internacionais no setor. Citou o monopólio no segmento de equipamentos e materiais para hemodiálise, aplicada no tratamento renal. "O Ministério da Saúde tem um orçamento de R\$ 23 bilhões/ano, sendo R\$ 1,050 bilhão para realização de hemodiálise, atendendo a 60 mil pessoas no País. Duas empresas internacionais detêm o monopólio do fornecimento e temos informações de que os equipamentos de reposição são vendidos ao Brasil com preços muito mais altos que os praticados em seus países de origem. Essa é uma área que nos interessa muito gerar um mínimo de competitividade no Brasil", disse o ministro, querendo também para o setor de saúde um programa de Parceria Público-

Privado (PPP), com investimentos conjuntos entre laboratórios públicos e empresas privadas.

"O Ministério da Saúde gasta por ano R\$ 3 bilhões em compra de medicamentos. Está investindo este ano R\$ 40 milhões em laboratórios públicos, pretendendo dobrar o valor em 2004", disse Costa, referindo-se às restrições de endividamento do setor público, que limitam investimentos. O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos (Abimo), Djalma Luiz Rodrigues, defendeu a necessidade de uma política nacional de compras governamentais para o setor. "Ao contrário dos países no mundo, o Brasil não tem política para o setor e adota o menor preços como critério único de fornecimento", disse Rodrigues.